

Sumário

CAPÍTULO 1 ▶ LEIS PENAIS ESPECIAIS MAIS COBRADAS EM CONCURSOS PÚBLICOS.....	37
CAPÍTULO 2 ▶ PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DE CRIMES	39
CAPÍTULO 3 ▶ ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019	43
1. Introdução	43
2. Bens jurídicos tutelados	44
3. Elemento subjetivo	44
4. Proibição do crime de hermenêutica	46
5. Sujeitos do crime.....	47
5.1. Sujeito ativo	47
5.1.1. Particular como sujeito ativo (<i>extraneus</i>).....	49
5.2. Sujeito passivo.....	49
6. Competência para processo e julgamento	50
7. Ação Penal	51
7.1. Ação Penal Pública Incondicionada	52
7.2. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	53
8. Efeitos da condenação	54
8.1. Obrigação de reparar o dano causado pelo crime	54
8.2. Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública	55
8.3. Perda do cargo, mandato ou função pública	55
9. Penas restritivas de direito.....	56
10. Sanções de natureza Civil e Administrativa.....	58
11. Crimes em espécie	60
11.1. Decretação ou manutenção de medida privativa de liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais (art. 9º).....	60
11.2. Decretação de condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo (art. 10).....	63
11.3. Omissão quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária no prazo legal (art. 12).....	64
11.4. Constrangimento de preso ou de detento (art. 13).....	66

11.5.	Constrangimento a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo (art. 15).....	69
11.6.	Violência institucional (art. 15-A).....	70
11.7.	Omissão de identificação ou falsa identificação ao preso (art. 16).....	74
11.8.	Submissão de preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno (art. 18).....	75
11.9.	Impedimento ou retardamento do envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente (art. 19).....	76
11.10.	Impedimento, sem justa causa, da entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado (art. 20).....	78
11.11.	Manutenção de presos de ambos os sexos, ou de menores com maiores, na mesma cela ou espaço de confinamento (art. 21).....	79
11.12.	Violação de domicílio sem amparo legal (art. 22).....	80
11.13.	Fraude processual no contexto de abuso de autoridade (art. 23) ...	83
11.14.	Constrangimento de funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir pessoa morta para tratamento (art. 24).....	84
11.15.	Obtenção ou manejo de prova manifestamente ilícita (art. 25).....	85
11.16.	Requisição ou instauração de procedimento investigatório sem quaisquer indícios (art. 27).....	86
11.17.	Divulgação de gravação sem relação com a prova que se pretende produzir, expondo a intimidade ou a vida privada do investigado ou acusado (art. 28).....	88
11.18.	Falsa informação sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo (art. 29).....	89
11.19.	Deflagração de persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente (art. 30).....	90
11.20.	Procrastinação injustificada de investigação em prejuízo do investigado (art. 31).....	91
11.21.	Negativa de acesso aos autos de procedimento investigatório e de extração de cópias de documentos (art. 32).....	92
11.22.	Exigência de informação ou do cumprimento de obrigação sem expresse amparo legal (art. 33).....	94
11.23.	Decretação da indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapola exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida e subsequente negativa de correção do excesso (art. 36).....	95
11.24.	Demora demasiada e injustificada no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado (art. 37).....	96

11.25. Antecipação de atribuição de culpa por meio de comunicação antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação (art. 38)....	97
12. Procedimento	98

CAPÍTULO 4 ► CRIMES HEDIONDOS – LEI Nº 8.072/1990..... 101

1. Conceito e previsão Constitucional.....	101
2. Sistemas de classificação como crime hediondo	101
3. Rol taxativo dos crimes hediondos.....	104
3.1. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e homicídio qualificado	104
3.2. Lesão corporal gravíssima e seguida de morte quando funcionais	106
3.3. Femicídio	107
3.4. Hipóteses hediondas do crime de roubo	107
3.5. Hipóteses hediondas do crime de extorsão.....	108
3.6. Extorsão mediante sequestro	109
3.7. Estupro	109
3.8. Estupro de vulnerável	109
3.9. Epidemia qualificada pelo resultado morte	110
3.10. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	110
3.11. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	111
3.12. Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	112
3.13. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou automutilação, realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real	112
3.14. Sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 anos.....	113
3.15. Tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente	114
3.16. Genocídio	115
3.17. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	115
3.18. Comércio ilegal de armas de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.....	117
3.19. Crime de organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado	117
3.20. Crimes idênticos tipificados no Código Penal Militar.....	118
3.21. Promotores da circulação, adquirentes, possuidores e armazenadores de fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo menores	118
4. Crimes equiparados a hediondos.....	119

5. Vedação à concessão de anistia, graça e indulto	120
6. Liberdade Provisória e fiança	122
7. Regime de cumprimento de pena	123
8. Possibilidade de recorrer em liberdade	124
9. Prisão temporária em caso de crime hediondo ou equiparado	124
10. Presídios federais de segurança máxima	124
11. Livramento condicional	125
12. Associação criminosa para fins de praticar crimes hediondos ou equiparados.....	126
12.1. Delação premiada	126

CAPÍTULO 5 ▶ TORTURA – LEI Nº 9.455/1997 127

1. Previsão constitucional.....	127
2. Competência de Justiça e atribuições investigatórias.....	127
3. Bem jurídico tutelado.....	128
3.1. Teoria do Cenário da Bomba Relógio (<i>Ticking Time Bomb Scenario Theory</i> ou tortura para salvamento).....	128
4. Crimes em espécie	129
4.1. Tortura própria	129
4.2. Tortura-castigo	132
4.3. Tortura imprópria (figura equiparada ou tortura pela tortura)	133
4.4. Tortura omissiva	134
5. Qualificadoras dos crimes de tortura	135
6. Causas de aumento de pena	136
7. Efeitos automáticos da condenação	137
8. Vedação à liberdade provisória com fiança.....	138
9. Vedação à anistia, graça e indulto	138
10. Regime inicial de cumprimento de pena.....	139
11. Extraterritorialidade incondicionada	139

CAPÍTULO 6 ▶ DROGAS – LEI Nº 11.343/2006..... 141

1. Introdução e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) ...	141
2. Definição de “drogas” – Norma Penal em Branco	141
3. Crimes em espécie e temas correlatos	143
3.1. Porte de drogas para consumo pessoal.....	143
3.2. Tratamento especializado não compulsório.....	150
3.3. Prescrição	150
3.4. Licença prévia para a produção de drogas.....	151

3.5.	Destruição imediata de plantações ilícitas e desnecessidade de prévia autorização judicial.....	151
3.6.	Tráfico de drogas.....	152
3.7.	Participação no uso indevido de drogas	156
3.8.	Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado com pessoa de seu relacionamento	157
3.9.	Causa de diminuição de pena.....	158
3.10.	Tráfico de maquinário para fabricação de drogas.....	159
3.11.	Associação para fins de tráfico de drogas	160
3.12.	Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas	161
3.13.	Colaboração ao tráfico de drogas como informante	162
3.14.	Prescrição ou ministração culposa de drogas.....	163
3.15.	Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas.....	165
4.	Causas de aumento de pena	166
5.	Colaboração premiada.....	169
6.	Individualização da pena	170
7.	Fixação da pena de multa.....	171
8.	Vedação à concessão de diversos benefícios	171
9.	Hipóteses de inimizabilidade, semi-imimizabilidade e tratamento médico.....	171
10.	Procedimento penal	173
11.	Aplicação das medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas ...	174
12.	Prisão em flagrante pela autoridade de polícia judiciária	174
13.	Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	176
14.	Relatório da autoridade policial	178
15.	Agente Infiltrado e Ação Controlada	178
16.	Providências a serem adotadas pelo Ministério Público após ter vista dos autos do procedimento investigatório	179
17.	Notificação do acusado após o oferecimento da denúncia.....	180
18.	Recebimento da peça acusatória.....	180
19.	Audiência una de instrução e julgamento	181
20.	Sentença	182
21.	Recolhimento à prisão para apelar.....	182
22.	Competência para processo e julgamento	183
CAPÍTULO 7 ► TERRORISMO – LEI Nº 13.260/2016		185
1.	Previsão Constitucional	185

2. Terrorismo como delito equiparado a hediondo.....	186
3. Definição do crime de terrorismo.....	186
3.1. Especial motivo de agir.....	188
3.2. Especial fim de agir: provocar terror social ou generalizado.....	190
4. Atos de terrorismo.....	191
4.1. Sanção penal do crime de terrorismo.....	193
5. Manifestações sociais e terrorismo.....	193
6. Organização terrorista.....	194
7. Punição da preparação de terrorismo.....	195
7.1. Atos preparatórios de terrorismo.....	196
7.2. Preparação de terroristas estrangeiros.....	197
8. Financiamento ao terrorismo e às organizações terroristas.....	198
9. Causas de aumento de pena.....	200
10. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	200
11. Juiz natural para o processo e julgamento dos crimes de terrorismo.....	202
12. Medidas assecuratórias.....	203
13. Administração de bens.....	204
14. Cooperação jurisdicional internacional.....	205
15. Aplicação da legislação extravagante de forma complementar.....	205
15.1. Aplicação da Lei das Organizações Criminosas para investigação, processo e julgamento dos crimes de terrorismo.....	205
15.2. Aplicação da Lei dos Crimes Hediondos para os crimes de terrorismo.....	205
15.3. Cabimento da prisão temporária em relação aos crimes de terrorismo.....	206
CAPÍTULO 8 ► GENOCÍDIO – LEI Nº 2.889/1956.....	207
1. Introdução.....	207
2. Bem jurídico tutelado.....	207
3. Caráter hediondo do crime de Genocídio.....	207
4. Extraterritorialidade da Lei Brasileira.....	207
5. Crimes de Genocídio.....	208
5.1. Genocídio propriamente dito.....	208
5.2. Associação para fins de Genocídio.....	210
5.3. Incitação à prática do Genocídio.....	211
6. Causas de aumento de pena.....	212
7. Punição da tentativa de Genocídio.....	212
8. Impossibilidade de extradição.....	212

CAPÍTULO 9 ► ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826/2003	213
1. Introdução	213
1.1. Aquisição de arma de fogo	214
1.2. Registro de arma de fogo	215
1.3. Diferenças entre posse e porte	216
1.4. Autorização excepcional do porte de arma de fogo.....	217
1.5. Classificação de arma de fogo	219
2. Bem jurídico tutelado.....	221
3. Crimes em espécie	221
3.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido.....	221
3.1.1. Arma de fogo desmuniada configura crime?	223
3.1.2. Arma de fogo defeituosa, obsoleta e a arma de brinquedo	224
3.2. Omissão de cautela	224
3.2.1. Ausência de registro de ocorrência policial e de comunicação à polícia federal de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que esteja sob a guarda de empresa de segurança e transporte de valores	225
3.3. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.....	226
3.4. Disparo de arma de fogo	228
3.5. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	230
3.5.1. Modalidades equiparadas.....	231
3.5.2. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	233
3.6. Comércio ilegal de arma de fogo.....	234
3.7. Tráfico internacional de arma de fogo.....	235
4. Causas de aumento de pena	236
5. Proibição da liberdade provisória para os crimes previstos nos artigos 16, 17 e 18.....	237
6. Destruição das armas de fogo	237
7. Entrega voluntária de armas de fogo regularmente adquiridas	238
8. Presunção de boa-fé na entrega de arma de fogo e extinção da punibi- lidade.....	239
9. Banco nacional de perfis balísticos	239
CAPÍTULO 10 ► VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – LEI Nº 11.340/2006	241
1. Origem da Lei nº 11.340/06: Lei Maria da Penha	241
2. Fundamentos Constitucional e Convencional.....	242
3. Direitos e garantias da mulher	243

4.	Finalidades interpretativas da Lei Maria da Penha.....	243
5.	Âmbitos de configuração de violência doméstica e familiar contra a mulher	244
5.1.	Sujeito ativo	246
5.2.	Sujeito passivo.....	247
6.	Violação dos Direitos Humanos.....	249
7.	Formas de violência contra a mulher	250
8.	Custos pagos pelo agressor	253
9.	Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	254
9.1.	Prioridade no atendimento pelo SUS, SUSP e assistência em casos de DST	254
9.2.	Prioridade de matricular os dependentes na escola mais próxima de seu domicílio	255
9.3.	Prioridade à remoção quando servidora pública, manutenção do vínculo trabalhista e encaminhamento à assistência judiciária.....	255
10.	Atendimento pela Autoridade Policial	256
10.1.	Direitos das mulheres no atendimento policial e pericial especializado	256
10.2.	Providências a serem tomadas pela autoridade policial.....	258
10.3.	Laudos e prontuários médicos como meios de prova.....	260
11.	Regras procedimentais.....	261
12.	Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	261
13.	Foro de eleição para os processos de natureza cível.....	262
14.	Ação Penal	262
14.1.	Possibilidade de retratação da representação.....	263
15.	Proibição à aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.....	265
16.	Sigilo do nome da ofendida.....	265
17.	Medidas protetivas de urgência	266
17.1.	Legitimidade para requerer a decretação de medida protetiva de urgência	268
17.2.	Possibilidade de aplicação de algumas medidas protetivas de urgência pela autoridade policial e, eventualmente, agente policial sem autorização judicial.....	269
17.3.	Possibilidade de revogação ou substituição das medidas protetivas de urgência	270
17.4.	Possibilidade de decretação da prisão preventiva.....	270
17.5.	Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.....	271
17.6.	Medidas protetivas de urgência à ofendida	274

17.6.1. Medidas protetivas para a proteção patrimonial da ofendida...	276
18. Obrigatoriedade de intimação da vítima.....	277
19. Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência	277
20. Cumulação da competência criminal e cível por Varas Criminais	279
21. Impossibilidade de aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	280
22. Dados estatísticos e acompanhamento	281

CAPÍTULO 11 ► VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – LEI Nº 14.344/2022 **283**

1. Introdução	283
2. Finalidades da lei	284
3. Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	285
4. Assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar	289
5. Atendimento pela autoridade policial.....	292
5.1. Possibilidade de aplicação de algumas medidas protetivas de urgência pela autoridade policial e, eventualmente, agente policial sem autorização judicial.....	293
6. Medidas protetivas de urgência e regras procedimentais de aplicação.....	294
6.1. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	297
6.2. Medidas protetivas de urgência à vítima	300
7. Atuação do Ministério Público.....	302
8. Proteção ao noticiante ou denunciante de violência doméstica e familiar.....	303
9. Crimes	304
9.1. Descumprimento de medida protetiva de urgência.....	304
9.2. Omissão de socorro diante de informação de violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente	306

CAPÍTULO 12 ► INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/1996 **309**

1. Previsão constitucional.....	309
2. Definição de interceptação telefônica	310
3. Finalidade da interceptação telefônica	311
3.1. Observação do contraditório e da ampla defesa de forma postergada	312
4. Requisitos e hipóteses de cabimento da Interceptação Telefônica.....	313
5. Sigilo profissional do advogado.....	316

6.	Encontro fortuito de provas (serendipidade) por meio da interceptação telefônica	317
7.	Decretação da Interceptação Telefônica pelo juiz de ofício	318
8.	Procedimento cabível.....	319
8.1.	Necessidade de fundamentação da decisão judicial	320
8.2.	Prazo de duração da interceptação telefônica	321
8.3.	Execução da interceptação telefônica	322
8.4.	Segredo de justiça e possibilidade de impugnação da defesa	322
9.	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	323
10.	Incidente de inutilização da gravação sem interesse ao processo.....	326
11.	Crimes em espécie	327
11.1.	Interceptação telefônica ilegal.....	327
11.2.	Captação ambiental ilegal	328

CAPÍTULO 13 ► ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E JUÍZOS COLEGIADOS – LEIS Nº 12.850/2013 E 12.694/2012..... 331

1.	Considerações iniciais	331
2.	Revogação tácita de parte da Lei nº 12.694/12.....	332
3.	Definição de organização criminosa e alcance da Lei nº 12.850/13	332
4.	Crime de organização criminosa.....	334
4.1.	Crime organizado por natureza	334
4.2.	Obstrução ou embaraço de investigação de infração penal envolvendo organização criminosa	335
4.3.	Causas de aumento de pena e agravante.....	337
4.4.	Afastamento cautelar de servidor público de suas funções.....	338
4.5.	Efeitos da condenação	338
4.6.	Investigação de policiais envolvidos com organizações criminosas.....	339
4.7.	Início do cumprimento da pena para as lideranças de organizações criminosas armadas	340
4.8.	Vedação de benefícios aos condenados por integrar organização criminosa ou pela prática de crime por meio de organização criminosa quando mantido o vínculo associativo	341
5.	Investigação e meios de obtenção de prova	341
6.	Colaboração premiada.....	342
6.1.	Conceito e natureza jurídica	342
6.2.	Proposta e formalização do acordo de colaboração premiada.....	343
6.3.	Prêmios, condições e procedimento.....	345
6.4.	Direitos do colaborador	351
6.5.	Termo de acordo de colaboração premiada.....	353

6.6.	Tramitação do pedido de homologação do acordo em sigilo	354
7.	Ação controlada.....	355
7.1.	Desnecessidade de autorização judicial prévia	356
7.2.	Ação controlada e o crime organizado transnacional.....	357
8.	Infiltração de agentes	357
8.1.	Requisitos para a infiltração	358
8.2.	Duração da infiltração	359
8.3.	Infiltração policial virtual (eletrônica ou cibernética)	360
8.4.	Procedimento cabível para o pedido de infiltração	361
8.5.	Segredo de justiça	363
8.6.	Responsabilidade penal do agente infiltrado	364
8.7.	Direitos e proteção do agente infiltrado	365
9.	Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações	365
10.	Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	366
10.1.	Revelação de identidade do colaborador.....	366
10.2.	Colaboração caluniosa e fraudulenta	367
10.3.	Violação de sigilo das investigações relativas à ação controlada e infiltração de agentes.....	368
10.4.	Sonegação de informações requisitadas	369
11.	Procedimento cabível.....	370
12.	Sigilo das investigações.....	371
13.	Lei nº 12.694/2012: Juízos Colegiados para o processo e julgamento de delitos cometidos por organizações criminosas	372
CAPÍTULO 14 ► LAVAGEM DE CAPITALS – LEI Nº 9.613/1998		375
1.	Definição e fases da lavagem de capitais	375
2.	Crime de lavagem de capitais.....	376
2.1.	Teoria da cegueira deliberada (ou instruções da avestruz).....	381
2.2.	Modalidade equiparada: conversão, transferência, aquisição, posse, importação e exportação	383
2.3.	Modalidade equiparada: utilização de produto de lavagem em atividade econômica ou financeira.....	384
2.4.	Causa de aumento de pena.....	386
2.5.	Colaboração premiada.....	387
2.6.	Ação controlada e infiltração de agentes com objetivo de apurar crimes de lavagem de capitais	388
3.	Procedimento cabível.....	389
3.1.	Procedimento comum ordinário	389

3.2.	Autonomia relativa do processo	389
3.3.	Competência e procedimento	390
3.4.	Medidas assecuratórias	392
3.5.	Alienação antecipada	393
3.6.	Administração de bens.....	395
4.	Efeitos da condenação	396
5.	Bens, direitos ou valores provenientes de crimes praticados no estrangeiro.....	397
6.	Dispositivos de natureza extrapenal e mecanismos de controle e prevenção	398

CAPÍTULO 15 ▶ CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – LEI Nº 8.137/1990..... 405

1.	Crimes contra a ordem tributária	405
1.1.	Noções introdutórias	405
1.2.	Bem jurídico tutelado e princípio da insignificância	406
1.3.	Crimes praticados por particulares contra a ordem tributária	407
1.3.1.	Supressão ou redução de tributo, contribuição social e qualquer acessório.....	408
1.3.2.	Crimes de igual natureza.....	412
1.4.	Crimes praticados por funcionários públicos contra a ordem tributária.....	414
2.	Crimes contra a ordem econômica.....	419
3.	Crimes contra as relações de consumo.....	421
4.	Multa nos crimes contra a ordem tributária	426
5.	Disposições gerais	428

CAPÍTULO 16 ▶ PRISÃO TEMPORÁRIA – LEI Nº 7.960/1989 431

1.	Natureza jurídica e definição de prisão temporária.....	431
2.	Requisitos para a decretação da prisão temporária	432
3.	Procedimento cabível.....	437
4.	Prazo de duração da prisão temporária.....	439
5.	Direito do preso temporário de ser separado dos demais	441
6.	Plantão permanente do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	442

CAPÍTULO 17 ▶ INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA – LEI Nº 12.830/2013 443

1.	Origem e finalidade da Lei nº 12.830/2013	443
----	---	-----

2. Funções de polícia: administrativa, judiciária e investigativa.....	443
3. Natureza jurídica das funções de polícia investigativa e judiciária.....	444
4. Autoridade condutora do inquérito policial.....	445
5. Limitações à avocação ou redistribuição de investigações policiais.....	446
6. Exigência de fundamentação para a remoção do Delegado	446
7. Indiciamento	447
8. Tratamento protocolar dispensado aos Delegados de Polícia.....	448

CAPÍTULO 18 ► IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – LEI Nº 12.037/2009..... 449

1. Definição e previsão constitucional	449
2. Documentos que atestam a identificação civil e hipóteses que autorizam a identificação criminal	449
3. Espécies de identificação criminal.....	453
4. Possibilidade de retirada da identificação dos autos do processo	455
5. Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	455

CAPÍTULO 19 ► CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503/1997 457

1. Aplicação subsidiária do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei nº 9.099/1995	457
2. Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor como sanção penal.....	459
3. Medida cautelar de suspensão do direito de dirigir ou proibição para obtê-la e sanção ao reincidente específico.....	460
4. Multa reparatória	461
5. Circunstâncias agravantes cabíveis sobre os crimes de trânsito.....	463
6. Impossibilidade da prisão em flagrante àquele que prestar pronto e integral socorro à vítima	466
7. Crimes em espécie	467
7.1. Homicídio culposo na direção de veículo automotor.....	467
7.2. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor	472
7.3. Omissão de socorro em caso de acidente de trânsito	475
7.4. Fuga de local de acidente	478
7.5. Embriaguez ao volante	480
7.6. Violação de suspensão ou proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.....	484
7.7. Participação em competição, exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor não autorizada	485

7.8.	Direção de veículo automotor sem habilitação.....	489
7.9.	Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor à pessoa não habilitada ou sem condições de conduzi-lo	490
7.10.	Direção perigosa em determinados lugares.....	492
7.11.	Fraude processual em acidente automobilístico com vítima	493
8.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ...	494

CAPÍTULO 20 ► CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741/2003..... 497

1.	Definição jurídica de pessoa idosa.....	497
2.	Procedimento cabível aos crimes contra pessoa idosa	497
3.	Crimes em espécie	500
3.1.	Discriminação de pessoa idosa por motivo de idade.....	500
3.2.	Omissão de socorro.....	503
3.3.	Abandono de pessoa idosa.....	505
3.4.	Maus-tratos à pessoa idosa	507
3.5.	Outros delitos contra pessoa idosa	509
3.6.	Desobediência de ordem legal proferida em ação envolvendo pessoa idosa.....	512
3.7.	Apropriação Indébita contra pessoa idosa	513
3.8.	Recusa de acolhimento ou permanência de pessoa idosa.....	514
3.9.	Retenção indevida de cartão magnético ou outro documento.....	515
3.10.	Exibição ou veiculação de dados depreciativos ou injuriosos da pessoa idosa.....	516
3.11.	Induzimento de pessoa idosa a outorgar procuração	517
3.12.	Coação de pessoa idosa	518
3.13.	Lavratura do ato notarial sem representação legal de pessoa idosa	519
3.14.	Impedimento ou embaraço a ato dos órgãos fiscalizadores.....	520

CAPÍTULO 21 ► JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS – LEI Nº 9.099/1995 523

1.	Previsão constitucional.....	523
2.	Composição do Juizado Especial Criminal	523
3.	Definição de infração penal de menor potencial ofensivo.....	524
4.	Princípios norteadores e finalidades dos Juizados Especiais Criminais	526
5.	Competência territorial	527
6.	Publicidade e validade dos atos processuais	528
7.	Citação do acusado, intimações e notificações nos Juizados	529
8.	Fase preliminar dos Juizados Especiais Criminais	531

8.1.	Termo Circunstanciado de Ocorrência.....	531
8.2.	Audiência preliminar	533
8.2.1.	Composição dos danos civis.....	533
8.2.2.	Transação penal.....	535
9.	Procedimento comum sumaríssimo	539
9.1.	Audiência de instrução e julgamento.....	541
9.2.	Suspensão Condicional do Processo	543
9.3.	Sistema recursal dos Juizados Especiais Criminais.....	547
10.	Fase de execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	549
11.	Síntese das etapas da fase preliminar e procedimento comum sumarís- simo	550
12.	Despesas processuais	550
13.	Representação nos delitos de lesões corporais leves e culposas	551
14.	Casos de inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95.....	552
CAPÍTULO 22 ▶ TELECOMUNICAÇÕES – LEI Nº 9.472/1997		553
1.	Noções introdutórias	553
2.	Crime de desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunicação ..	553
3.	Efeitos da condenação	555
4.	Ação penal cabível	556
CAPÍTULO 23 ▶ CRIMES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO – LEI Nº 7.716/1989		557
1.	Noções introdutórias e fundamento constitucional.....	557
2.	Abrangência e características dos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989	559
2.1.	Discriminação e preconceito	559
2.2.	Raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.....	559
2.3.	Homotransfobia	560
2.4.	Características gerais dos crimes de racismo	563
3.	Crimes em espécie	564
3.1.	Crime de injúria racial.....	565
3.2.	Crimes de discriminação no trabalho	566
3.3.	Crime de discriminação na educação.....	571
3.4.	Crimes de discriminação no comércio	573
3.5.	Crimes de discriminação na vida social.....	575
3.6.	Crimes de discriminação genérica	577
3.7.	Crime de propaganda nazista.....	580
4.	Efeitos da condenação	582

5. Causas de aumento de pena, interpretação da lei e assistência técnica obrigatória às vítimas 582

CAPÍTULO 24 ► CRIMES AMBIENTAIS – LEI Nº 9.605/1998..... 585

1. Noções introdutórias 585
2. Sujeitos dos crimes ambientais..... 586
- 2.1. Pessoa jurídica como sujeito ativo dos crimes ambientais..... 587
- 2.2. Desconsideração da personalidade jurídica 591
3. Aplicação da pena 591
- 3.1. Penas restritivas de direitos para pessoa física e penas para pessoa jurídica 592
- 3.2. Circunstâncias atenuantes da pena 596
- 3.3. Circunstâncias agravantes da pena 596
4. Medidas cautelares específicas cabíveis 598
5. Regras processuais específicas 599
6. Crimes contra o meio ambiente 600
- 6.1. Crimes contra a Fauna 601
- 6.1.1. Excludentes especiais de ilicitude 612
- 6.2. Crimes contra a Flora 613
- 6.2.1. Causas de aumento de pena 628
- 6.3. Crimes de poluição e outros crimes ambientais 628
- 6.3.1. Causas de aumento de pena 636
- 6.4. Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural 636
- 6.5. Crimes contra a Administração Ambiental 642
7. Infrações administrativas e cooperação internacional para a preservação do meio ambiente 648
8. Aplicação subsidiária do Código Penal e do Código de Processo Penal ... 650

CAPÍTULO 25 ► CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069/1990 651

1. Noções introdutórias 651
2. Aspectos penais e processuais penais 652
3. Crimes em espécie 655
- 3.1. Ausência de registro ou fornecimento ou declaração de nascimento..... 655
- 3.2. Ausência de identificação correta de neonato e parturiente 657
- 3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente 658

3.4.	Ausência de comunicação imediata ao juiz competente e à família da criança ou adolescente apreendido.....	659
3.5.	Vexame ou constrangimento de criança ou adolescente.....	661
3.6.	Deixar de ordenar imediata liberação de menor em apreensão ilegal.....	662
3.7.	Descumprimento injustificado de prazo prejudicando menor apreendido.....	663
3.8.	Impedimento ou embaraço de ação do juiz, Conselheiro Tutelar ou membro do Ministério Público no exercício de função prevista no ECA.....	665
3.9.	Subtração de menor para a colocação em lar substitutivo.....	666
3.10.	Promessa ou entrega de filho ou pupilo a terceiro mediante paga ou recompensa.....	667
3.11.	Promoção ou auxílio no envio de menor para o exterior ilegalmente ou com finalidade lucrativa.....	668
3.12.	Produção ou participação direta de registro de cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente.....	670
3.13.	Comércio de qualquer registro com cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo menor.....	672
3.14.	Colocar em circulação qualquer registro de cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.....	673
3.15.	Aquisição, posse ou armazenamento de qualquer registro com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.....	675
3.16.	Simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica.....	677
3.17.	Aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento de criança visando praticar com ela ato libidinoso.....	679
3.18.	Comercialização de arma, munição ou explosivo à criança ou adolescente.....	681
3.19.	Comercialização de bebida alcoólica ou substâncias que causam dependência à criança ou adolescente.....	682
3.20.	Comercialização de fogos de estampido ou de artifício à criança ou adolescente.....	683
3.21.	Submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.....	684
3.22.	Corrupção de menores para a prática de infração penal.....	685
3.23.	Omissão do responsável em comunicar à autoridade o desaparecimento de menor.....	687
CAPÍTULO 26 ► CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737/1965.....		689
1.	Noções introdutórias.....	689

2.	Aspectos penais e processuais penais relativos aos crimes eleitorais.....	690
2.1.	Conceito de funcionário público para fins penais eleitorais	690
2.2.	Penas mínimas padronizadas em caso de omissão legislativa.....	691
2.3.	Causas de aumento e diminuição de pena	691
2.4.	Penas de multa.....	692
2.5.	Crimes eleitorais praticados por meio da imprensa	692
2.6.	Ação penal e denúncia	693
2.7.	Competência para processo e julgamento dos crimes eleitorais...	694
2.8.	Rito processual	694
3.	Crimes eleitorais.....	695
3.1.	Crimes contra a regularidade dos serviços administrativos da Justiça Eleitoral.....	695
3.2.	Crimes contra a regularidade dos trabalhos eleitorais	701
3.3.	Crimes contra o livre exercício do voto.....	704
3.4.	Crime contra o segredo do voto.....	712
3.5.	Crimes contra a veracidade e liberdade das propagandas políticas e eleitorais.....	713
3.6.	Crimes eleitorais contra a honra	718
3.7.	Crime contra a obrigatoriedade da ação penal eleitoral	725
3.8.	Crimes eleitorais complexos	726
3.9.	Crime eleitoral contra bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral	732

CAPÍTULO 27 ► CRIMES CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146/2015 733

1.	Noções introdutórias	733
2.	Sujeito passivo: definição de pessoa com deficiência	734
3.	Crimes contra a pessoa com deficiência	735
3.1.	Discriminação contra pessoa com deficiência	736
3.2.	Apropriação ou desvio de bens ou qualquer rendimento de pessoa com deficiência.....	738
3.3.	Abandono de pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres.....	740
3.4.	Retenção ou uso de cartão ou qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência para recebimento de benefícios	742

CAPÍTULO 28 ► CRIMES NA LEI DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO HUMANO – LEI Nº 9.434/1997..... 745

1.	Noções introdutórias.....	745
----	---------------------------	-----

2.	Crimes em espécie	745
2.1.	Remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver	746
2.2.	Compra e venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano	751
2.3.	Transplante ou enxerto com tecidos, órgãos ou partes do corpo humano obtidos ilegalmente.....	752
2.4.	Circulação de partes do corpo humano obtidas ilegalmente	753
2.5.	Realização de transplante ou enxerto de forma ilegal.....	754
2.6.	Omissão na recomposição de cadáver	755
2.7.	Publicação de anúncio ou apelo público contrários aos fins humanitários e sociais do transplante de órgãos, tecidos ou parte do corpo humano	756

CAPÍTULO 29 ► CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS – DECRETO-LEI Nº 201/1967 759

1.	Noções introdutórias.....	759
2.	Crimes de responsabilidade dos Prefeitos	760
3.	Aspectos penais e processuais penais	778
3.1.	Efeitos da condenação	778
3.2.	Procedimento cabível	779
4.	Disposições relativas às infrações político-administrativas, processo de cassação e hipóteses de extinção do mandato de Prefeito.....	780

CAPÍTULO 30 ► CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL – LEI Nº 4.729/1965 783

1.	Noções introdutórias.....	783
2.	Crime de Sonegação Fiscal.....	783
3.	Aspectos penais e processuais penais	787

CAPÍTULO 31 ► CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – LEI Nº 8.176/1991 789

1.	Noções introdutórias.....	789
2.	Crimes em espécie	789
2.1.	Crimes contra a ordem econômica	789
2.2.	Crime contra o patrimônio da União	792

CAPÍTULO 32 ► CRIMES NA LEI DE FALÊNCIA – LEI Nº 11.101/2005..... 795

1.	Noções introdutórias.....	795
2.	Crimes falimentares.....	795
2.1.	Fraude a credores	795
2.2.	Violação de sigilo empresarial.....	799

2.3.	Divulgação de informações falsas.....	800
2.4.	Indução a erro.....	801
2.5.	Favorecimento de credores.....	802
2.6.	Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	803
2.7.	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	804
2.8.	Habilitação ilegal de crédito.....	805
2.9.	Exercício ilegal de atividade.....	806
2.10.	Violação de impedimento.....	808
2.11.	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	809
3.	Aspectos penais e processuais penais.....	811
3.1.	Aspectos penais.....	811
3.2.	Aspectos processuais penais.....	812

CAPÍTULO 33 ► CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – LEI Nº 7.492/1986.... 815

1.	Noções introdutórias.....	815
2.	Conceito de instituição financeira para fins penais.....	815
3.	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional em espécie.....	817
3.1.	Crimes relativos aos valores mobiliários.....	817
3.2.	Crimes contra as operações e fiscalização das instituições financeiras.....	822
3.3.	Crimes contra ilicitudes em procedimentos de intervenção, liquidação extrajudicial e falência.....	837
3.4.	Crimes contra ilicitudes em operações de câmbio.....	842
4.	Aspectos penais e processuais penais.....	845
4.1.	Responsabilidade pela atuação em nome de terceiro.....	845
4.2.	Colaboração premiada.....	845
4.3.	Ação penal, competência e procedimento.....	846
4.4.	Fixação da pena de multa.....	848

CAPÍTULO 34 ► CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078/1990..... 849

1.	Noções introdutórias.....	849
2.	Crimes contra as relações de consumo.....	850
2.1.	Crimes sobre nocividade e periculosidade de produtos e serviços.....	851
2.2.	Crimes sobre publicidade e informações apresentadas pelo fornecedor ao consumidor.....	858
2.3.	Crimes sobre informações mantidas em cadastros, fichas, bancos de dados e registros sobre consumidores.....	864
2.4.	Crimes sobre temas diversos relativos às relações consumeristas.....	867

3. Aspectos penais e processuais penais	870
CAPÍTULO 35 ► CONTRAÇÕES PENAIS – DECRETO-LEI Nº 3.688/1947	875
1. Introdução	875
1.1. Diferenças entre crime e contravenção penal	876
2. Parte geral	878
3. Parte especial	884
3.1. Contravenções referentes à pessoa	885
3.1.1. Fabrico, comércio ou detenção de armas ou munição	885
3.1.2. Porte de arma	887
3.1.3. Anúncio de meio abortivo	889
3.1.4. Vias de fato	889
3.1.5. Internação irregular em estabelecimento psiquiátrico	890
3.1.6. Indevida custódia de doente mental	892
3.2. Contravenções referentes ao patrimônio	893
3.2.1. Instrumento de emprego usual na prática de furto	893
3.2.2. Violação de lugar ou objeto	894
3.3. Contravenções referentes à incolumidade pública	895
3.3.1. Disparo de arma de fogo, deflagração perigosa, queima de fogo de artifício e soltar balão aceso	895
3.3.2. Desabamento de construção	896
3.3.3. Perigo de desabamento	897
3.3.4. Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	898
3.3.5. Falta de habilitação para dirigir	899
3.3.6. Direção não licenciada de aeronave	900
3.3.7. Abuso na prática da aviação	901
3.3.8. Sinais de perigo	902
3.3.9. Arremesso ou colocação perigosa	904
3.3.10. Emissão de fumaça, vapor ou gás	904
3.4. Contravenções referentes à paz pública	905
3.4.1. Provocação de tumulto	905
3.4.2. Falso alarma	906
3.4.3. Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	907
3.5. Contravenções referentes à fé pública	908
3.5.1. Recusa de moeda de curso legal	909
3.5.2. Imitação de moeda para propaganda	909
3.5.3. Simulação da qualidade de funcionário	910

3.5.4.	Uso ilegítimo de uniforme ou distintivo.....	912
3.6.	Contravenções relativas à organização do trabalho.....	912
3.6.1.	Exercício ilegal de profissão ou atividade.....	912
3.6.2.	Exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de arte.....	913
3.6.3.	Matrícula ou escrituração de indústria e profissão.....	914
3.7.	Contravenções relativas à polícia de costumes.....	915
3.7.1.	Jogos de azar.....	915
3.7.2.	Vadiagem.....	917
3.7.3.	Embriaguez.....	918
3.7.4.	Bebidas alcoólicas.....	919
3.8.	Contravenções referentes à Administração Pública.....	921
3.8.1.	Deixar de comunicar crime à autoridade competente.....	921
3.8.2.	Inumação ou exumação de cadáver.....	922
3.8.3.	Recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.....	923

BIBLIOGRAFIA.....	925
--------------------------	------------